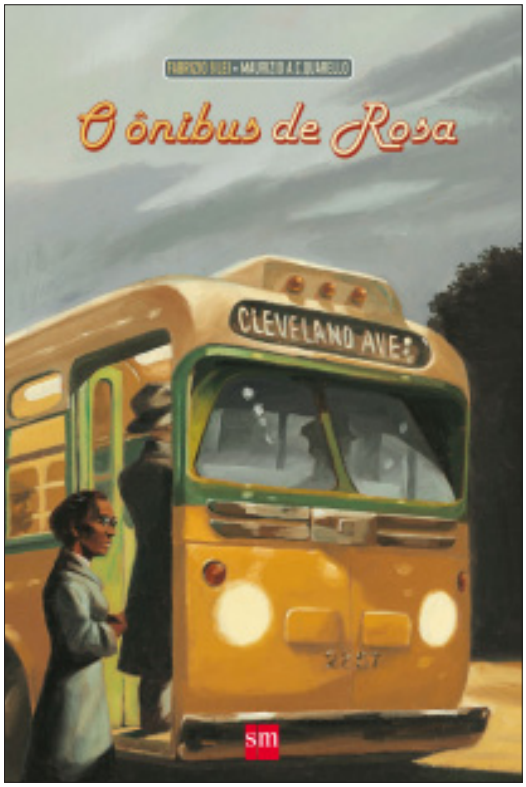
O ônibus de Rosa

Fabrizio Silei

Ilustrações Maurizio A. C. Quarello
Tradução Maurício Santana Dias
Temas abordados Racismo e preconceito • Tolerância • Memória • Segregação • Coragem

GUIA DE LEITURA

PARA O PROFESSOR



40 páginas

O autor Fabrizio Silei nasceu em Florença. Diplomou-se no Instituto de Arte e graduou-se em Ciência Política. Como escritor, tem vários livros premiados: um deles, *Alice e o Nibelungen*, foi o único livro italiano que figurou dentre os finalistas da lista da Unicef. *O ônibus de Rosa* foi publicado em diversos países e foi um dos selecionados para o White Ravens de 2012; ganhou, além desse, muitos outros prêmios internacionais importantes. Fabrizio também é artista plástico e, em 2007, foi um dos vencedores do Prêmio Internacional de Ilustração Stepan Zavrel.

O ilustrador Maurizio A. C. Quarello nasceu em Turim, na Itália. Além de ministrar cursos de educação artística para crianças, jovens e adultos, em escolas e livrarias em cidades da Itália, Espanha e França, Maurizio também ilustra livros dos mais diversos tipos, a maioria voltada para o público infantojuvenil. Muitos de seus trabalhos já ganharam prêmios importantes, tais como o White Ravens e o Bologna Ragazzi Award.

SOBRE O LIVRO E SUA PERSONAGEM CENTRAL

O ônibus de Rosa possui duas narrativas principais. A primeira, em terceira pessoa, refere-se à viagem do menino Ben e de seu avô para visitar o museu da marca de veículos Ford em Detroit, cidade do meio-oeste dos Estados Unidos. A segunda é narrada em primeira pessoa pelo avô. Nela, ele conta ao neto sobre seu encontro com a ativista negra Rosa Parks (Tuskegee, 1913 – Detroit, 2005) num trajeto de ônibus no dia 1º de dezembro de 1955. Tendo em vista que teria vivenciado ficcionalmente a experiência que narra ao neto, já que a história de Rosa Parks é também a dele, o avô tem autoridade e credibilidade como narrador. Não ficamos sabendo seu nome – ele é chamado genericamente de "o avô"; "o velho" –, talvez porque represente todos os negros que sofreram discriminação racial.

Sua narrativa começa assim: "Em 1955, com 26 anos, eu morava em Montgomery, no Alabama". Ou seja, assim como a personagem real, Rosa Parks, o narrador ficcional passou a juventude em um dos lugares mais racistas dos Estados Unidos, numa época de extrema violência contra os negros: a da **segregação racial**. Como ele explica ao neto: "Naquela época, não havia turmas de crianças brancas, negras e mestiças, como hoje. Os negros tinham sua escola, seus locais, seus banheiros públicos, sua vida, que seguia separada da dos brancos. Toleravam os negros porque precisavam do nosso trabalho, mas não queriam nada com a gente. Na porta de muitos locais ficava pendurada uma tabuleta com a frase: *WHITES ONLY,* somente para brancos". Assim era também com os ônibus, que possuíam assentos destinados aos brancos: "Os lugares da frente eram reservados aos brancos e a gente podia ocupar os outros desde que nenhum branco estivesse de pé."

Ativista pelos direitos civis

A costureira Rosa Parks foi, como tantos afrodescendentes, vítima de discriminação racial. Porém ela conseguiu resistir e foi reconhecida como uma das principais ativistas pelos direitos civis nos Estados Unidos. Acabou presa por não ceder seu lugar aos brancos num ônibus. Na verdade, antes mesmo de seu corajoso ato de desobediência civil, ela já estava engajada na luta antirracismo: era membra ativa da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês).

Fundada em 1909, a associação é uma das mais antigas organizações estado-unidenses pelos direitos civis, empenhada, ainda hoje, em acabar com a discriminação racial e garantir igualdade política, econômica e social para as minorias. Quando foi presa, Rosa Parks ocupava o cargo de secretária da sucursal da NAACP em sua cidade.

SEGREGAÇÃO RACIAL

O ônibus de Rosa mostra bem a situação de segregação racial em que viviam os negros nos Estados Unidos dos anos 1950. Inscrições como *WHITES ONLY* ("só para brancos") ou *COLORED* ("pessoas de cor") delimitavam os espaços públicos. Havia restaurantes só para brancos e lugares diferentes para negros e brancos nos transportes públicos, como vemos nas histórias. As escolas públicas também eram separadas, frequentadas só por brancos ou só por negros, assim como os banheiros públicos, bancos de praça e bebedouros.

A segregação racial começou a ser adotada oficialmente nos Estados Unidos depois da época conhecida como Reconstrução (1865-1877). Trata-se do período após o fim da Guerra Civil Americana (1861-1865), ou Guerra de Secessão. O conflito surgiu da oposição do sul do país, latifundiário e escravocrata, ao norte industrializado, cujo crescimento econômico era baseado na mão de obra assalariada dos imigrantes.

A guerra começou quando onze estados do sul tentaram se separar do resto do país (daí o nome da guerra, "secessão", separação), declarando-se uma nação independente, contra o governo federal. O sul acabaria perdendo o conflito e a escravidão seria definitivamente abolida nos Estados Unidos. No período da Reconstrução, o governo tentou, entre outras medidas, integrar politicamente os ex-escravos do sul do país. A violenta reação dos estados norte-americanos mais conservadores acabou levando à implementação de leis de discriminação racial a partir de 1890. Embora diversas formas de separação racial existissem em todo o país, foi nos estados do sul que ela ostentou sua face mais cruel. O racismo foi aos poucos se institucionalizando em um sistema de desigualdades que impedia o livre acesso a lugares públicos, os casamentos inter-raciais e o voto dos negros.

Sua prisão deu origem ao boicote aos ônibus de Montgomery e ajudou a alavancar o **movimento pelos direitos civis** nos Estados Unidos. Por isso, Rosa Parks entrou para a história e recebeu inúmeras homenagens e condecorações ao longo dos anos, tornando-se um símbolo do combate ao racismo. Contudo, na história estado-unidense, seu ato de resistência foi precedido de outros casos em que mulheres negras também se recusaram a ceder seus lugares aos brancos em transportes públicos: Lizzie Jennings (1830-1901), em 1854, pioneira no ativismo pelos direitos civis; Irene Morgan (1917-2007), em 1946; Sarah Louise Keys e Claudette Colvin, ambas em 1955. Chamada por muitos de "mãe" do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, Rosa Parks aceitava a homenagem, mas frisava ser apenas mais uma entre tantas pessoas que lutaram pela liberdade.

Mais que mil palavras

O livro de Fabrizio Silei e Maurizio Quarello procura acentuar a "força calma" de Rosa Parks (esse é também o título de um livro autobiográfico lançado pela ativista em 1994, *Quiet strength*, em coautoria com Gregory J. Reed). Tal força é expressa no olhar de Rosa, como representado nas ilustrações, e por sua postura serena e impassível diante das agressões e ameaças do motorista do ônibus, como narrada pelo avô, que teria assistido à cena: "Rosa permaneceu imóvel, sentada em seu lugar. O motorista encostou o ônibus na calçada e parou. Aos berros, deixou seu lugar e dirigiu-se até Rosa. 'O que é? Além de negra, é surda? Não está vendo que há um senhor de pé?'". Rosa parecia frágil e também tinha medo, mas mesmo assim não desistiu. Quanto mais o motorista gritava e se descontrolava, mais ela mantinha sua dignidade, apenas recusando-se a obedecer: "Rosa não moveu um músculo e, mirando-o bem nos olhos como tinha feito comigo, repetiu, decidida: 'Não!'".

Em 1987, Rosa Parks ajudou a fundar o Instituto Rosa e Raymond Parks para o Desenvolvimento Pessoal (www.rosaparks.org), como forma de homenagear seu marido, Raymond, morto em 1977, e dar continuidade às ações em prol dos direitos civis desenvolvidas pelos dois. Um dos principais programas do instituto, Caminhos para a Liberdade (Pathways to Freedom), destina-se a adolescentes de 11 a 18 anos de idade que, anualmente, viajam pelos Estados Unidos de ônibus, conhecendo a história de seu país e do movimento pelos direitos civis.

MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS

O fim da segregação racial foi um dos principais alvos do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Conduzido por diversos grupos e ativistas, e composto de diferentes campanhas, o movimento caracterizava-se por ações não violentas, como o boicote aos ônibus de Montgomery, originado pelo ato de resistência de Rosa Parks. O boicote conseguiria abolir a segregação dos ônibus no Alabama, declarada inconstitucional pela Suprema Corte norte-americana em 1956; porém muito ainda haveria para ser feito. Entre 1954 e 1968, tidos como os anos mais agitados do movimento, diversos outros atos de protesto e desobediência civil marcaram a luta pela igualdade de brancos e negros perante a lei, como marchas e ocupações pacíficas de espaços reservados a brancos.

Um dos marcos legais na luta pelos direitos civis foi a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos de considerar inconstitucional a separação de escolas públicas para negros e brancos. Essa decisão, no caso conhecido como Brown contra o Conselho de Educação (Brown *vs.* Board of Education), ocorreu em 1954 e serviu como alavanca para o movimento, assim como o boicote de Rosa Parks. Outro marco histórico foi o Ato dos Direitos Civis de 1964 (The Civil Rights Act of 1964), que considerava ilegais diversas formas de discriminação, incluindo a segregação racial.

Em 1968, todas as formas de segregação foram declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

É o tipo de educação que o avô procura dar a Ben: uma educação viva, pela experiência, levando-o a percorrer o mesmo caminho feito por ele décadas antes. A vivência será, ao final, transformadora. Ben começa a narrativa achando que o avô está ficando maluco, perdeu a razão. Diante de sua emoção ao reencontrar o ônibus, o menino pensa: "Coitado de mim […] vovô está ruim da cabeça. Deve ser a tal da próstata". Mas o avô faz com que Ben se coloque, literal e afetivamente, no lugar de Rosa. Manda o menino sentar-se no assento do velho ônibus em que ela se sentara e ali começa a narrar as atrocidades da segregação racial. "Essa é a história mais triste que Ben já escutou." A transformação final do menino virá após ouvir a história de Rosa e de como o avô participou dela: "A gente pensava que ela fosse doida, e, na verdade, a gente é que era doido, acostumado a baixar a cabeça e a dizer sim".

Ben também deixa de pensar que o avô está enlouquecendo, para entender e reconhecer a importância da viagem, do ônibus, de Rosa. "Ben se levanta e abraça o avô. Agarra-se a ele, olha a foto de Rosa e sente um aperto na garganta. É uma mulher, indefesa como sua mãe poderia ser. Então não importam os músculos, a força não serve. Servem, talvez, aqueles olhos grandes e o sorriso sereno. Serve vencer o medo e saber que estamos certos."

Ku Klux Klan

Quando o avô de Ben conta a história de Jeremy, faz referência à vestimenta dos seguidores da organização de extrema direita Ku Klux Klan. A mala que o carregador deixa cair nos trilhos continha, entre roupas comuns, "um capuz branco com dois buracos para os olhos". A ilustração da noite em que Jeremy é espancado mostra os agressores usando a vestimenta da organização: mantos e capuzes brancos. Além de esconder a identidade de seus membros, o traje também pretendia causar medo e reforçar o caráter de irmandade do grupo.

A primeira Ku Klux Klan surgiu no sul dos Estados Unidos em 1865, no contexto pós-Guerra Civil. Por meio de ações violentas e terroristas, como linchamentos e incêndio de casas, sua principal motivação era retomar a supremacia branca sobre os negros, recém-libertados no sul do país com o fim da guerra. O grupo foi dissolvido, em 1870 em grande parte graças a medidas do Congresso estado-unidense que cerceavam sua atuação, julgando crimes cometidos pelo grupo e

protegendo o direito a voto dos cidadãos negros. Contudo, outras organizações paramilitares, com objetivos e métodos semelhantes, continuaram atuando.

Nos anos 1920, a Ku Klux Klan ressurgiu nos Estados Unidos, como resultado do processo de industrialização e modernização aceleradas e da consequente onda de imigração para o país, que acentuaram a disputa pelo mercado de trabalho. Seus membros pregavam o nacionalismo, o ódio aos negros e imigrantes, o antissemitismo, a supremacia branca, anglo-saxã e protestante, e o anticomunismo. Embora tenha se espalhado por outras regiões do país, a organização continuou atuando com mais força e violência no sul do país. Na década de 1940 se desintegrou novamente, em razão de divisões internas no grupo, do comportamento criminoso de muitos de seus líderes e das pressões externas para que o movimento acabasse.

Contudo, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Ku Klux Klan renasceu, não mais como uma organização única, mas na forma de vários grupos independentes que adotavam seu nome por levar adiante o ódio racial e a violência de seus antecessores. Sobretudo nos anos 1950 e 1960, fazia oposição ao movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. Durante o período, os grupos Ku Klux Klan chegaram a fazer alianças com departamentos de polícia do sul do país, que protegiam e apoiavam seus atos criminosos e terroristas, como a intimidação e o assassinato de ativistas pelos direitos civis e atentados. Um dos mais violentos ocorreu em uma Igreja Batista no estado do Alabama, em 1963: quatro meninas negras morreram na explosão de bombas colocadas por membros da Ku Klux Klan.

A reação à tragédia contribuiu para que a segregação racial terminasse oficialmente nos Estados Unidos em 1968. Desde então, cada vez mais cidadãos negros vêm assumindo papéis relevantes na sociedade e na política dos Estados Unidos, como o cargo da presidência do país em 2009 por **Barack Obama**. Porém, infelizmente, o nome Ku Klux Klan continua vivo em mais de quarenta facções de extrema direita, que espalham sua mensagem de preconceito racial por meios como a internet. Daí a importância de histórias como a de Rosa Parks serem relembradas e recontadas.

BARACK OBAMA

A eleição do primeiro presidente negro na história dos Estados Unidos é aludida na ilustração final de *O ônibus de Rosa*, na foto do jornal que o avô de Ben folheia no restaurante. Obama teria o mesmo olhar profundo, sereno e forte de Rosa: "O velho pega o jornal de uma mesa e o abre. Na primeira página há a foto de um homem. A pele é escura como a do menino e os olhos são os mesmos. Pele e olhos idênticos aos de Rosa". Se hoje neto e avô podem sentar-se livremente escolhendo a ▶

mesa "mais bonita" do restaurante é porque existiram pessoas como Rosa. Mas a mensagem do livro não é apenas comemorativa. O avô de Ben chama a atenção do neto para o fato de ele não ter feito nada para ajudar Rosa, por não ter tido sua coragem: "Meteram-lhe algemas como se ela fosse uma delinquente, e eu não fiz nada, nadinha". O velho ainda pede desculpas ao neto por sua omissão e declara: "Por isso é que hoje vim aqui com você, para lembrar que sempre há um ônibus que passa na vida de cada um de nós. Eu o perdi muitos anos atrás. Fique de olhos abertos: não vá perder o seu". À atitude de Rosa, narrada como exemplo a ser seguido, o avô de Ben contrapõe a própria atitude, como um contraexemplo.

A mensagem do livro é que a luta de Rosa ainda continua, pois o racismo sobrevive sob muitas formas, no país e no mundo. A segregação, embora ilegal, persiste informalmente, uma vez que boa parte da população negra vive em bairros mais pobres, muitas vezes violentos, com escolas piores e poucas opções de lazer – um quadro que existe nos Estados Unidos e no Brasil também, envolvendo não só os negros, mas outras minorias, como os migrantes.

MARTIN LUTHER KING

Um dos principais ativistas pelos direitos civis nos Estados Unidos era o pastor da Igreja Batista, Martin Luther King Jr. (1929-1968), que pregava a resistência por meios não violentos. Ele ajudou Rosa a sair da prisão e apoiou o boicote aos ônibus de Montgomery, como vemos no livro. Mais tarde, consideraria o boicote como um marco na luta pelos direitos civis, resultando na conscientização crescente da sociedade sobre o problema e no maior envolvimento dos jovens negros na causa.

Luther King foi um dos líderes da Marcha para Washington por Empregos e Liberdade, em 1963, que ficou marcada pelo famoso discurso de Luther King em que a frase "Eu tenho um sonho" (*I have a dream*) é repetida diversas vezes, expressando a visão do líder político de uma sociedade mais livre e igualitária. Em 1964, recebeu o Prêmio Nobel da Paz por seu trabalho em prol da dessegregação e igualdade racial por intermédio de ações de desobediência civil e outros métodos pacíficos. Porém o ativista acabou tornando-se alvo do ódio e da violência que tanto combateu, tendo sido assassinado em 1968, no estado do Tennessee, sul dos Estados Unidos. Em 1986, estabeleceu-se a terceira segunda-feira de janeiro como feriado nacional em lembrança de Luther King e, em 2011, está prevista a inauguração de um memorial em sua homenagem.

RACISMO NO BRASIL

O Brasil não teve a mesma história de segregação racial que os Estados Unidos. Entre outras diferenças, aqui a miscigenação foi muito maior. Isso não impediu, contudo, que formas menos ostensivas de racismo sempre existissem, bem como um tipo de segregação "informal" e disfarçada, espécie de herança da escravidão, que foi levada adiante, entre outros fatores, por políticas públicas injustas. É fato que a maior parte das vítimas de violência policial no Brasil é negra; que a maioria dos negros recebe salários inferiores aos dos brancos; que a baixa escolaridade é maior entre a população negra.

Algumas tentativas de combater essa situação têm sido feitas por meio das chamadas "ações afirmativas". O termo surgiu nos Estados Unidos, no início dos anos 1960, para nomear medidas governamentais antidiscriminatórias no que dizia respeito a raça, nacionalidade, religião e gênero. Conduzidas pelo Estado

e também por instituições da sociedade civil, as ações afirmativas buscam criar e garantir oportunidades iguais para todos, compensando desigualdades históricas. Um exemplo disso é o estabelecimento de cotas para afrodescendentes nas universidades e no acesso a concursos públicos, medida que tem gerado polêmica.

Isso porque muitos consideram que as políticas públicas deveriam ser voltadas para a valorização do ensino fundamental a fim de que todos estejam igualmente preparados para cursar o ensino médio e fazer o vestibular. Também se argumenta que é difícil definir quem teria direito às cotas: como o critério atual é a autodeclaração da cor de pele, haveria risco de injustiças nesse processo. Outros ainda acreditam que o critério socioeconômico deveria prevalecer sobre o racial: mais oportunidades deveriam ser dadas a pessoas em condição de pobreza, independentemente da cor da pele. Todavia, os defensores de cotas argumentam que a maioria da população pobre e miserável do Brasil é negra e sofre alguma desvantagem crônica em relação aos brancos. Assim, as cotas teriam a função de criar uma situação de igualdade que, caso contrário, seria impossível ou muito difícil de atingir, perpetuando aquela herança histórica.

As ações afirmativas também envolvem a valorização da figura do negro, buscando maior inserção e representatividade nos meios de comunicação (objetivo mais consolidado nos Estados Unidos, mas ainda em processo no Brasil), e o resgate de personagens negros da história do país, como Zumbi dos Palmares (1655-1695). A morte do ex-escravo e líder do Quilombo dos Palmares é lembrada no Dia da Consciência Negra, comemorado pelos brasileiros em 20 de novembro.

É importante destacar que, com a Constituição de 1988, a prática de racismo passou a ser considerada um crime sujeito à prisão, inafiançável e imprescritível. Em 1989, foi promulgada a Lei do Crime Racial (número 7.716/89), que, nos próprios termos, "define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor". Mas as leis ainda são pouco aplicadas. Assim como nos Estados Unidos e na Europa, há grupos de extrema direita no Brasil, que pregam o racismo e o segregacionismo. O conhecimento das leis sobre o racismo e as violações dos direitos humanos é fundamental para o combate a essas formas de discriminação e violência.

DIREITOS HUMANOS

O combate ao racismo faz parte da luta pelos direitos humanos ao redor do mundo. O primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) afirma: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Não existem diferenças que justifiquem a discriminação entre as pessoas.

A declaração foi elaborada pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovada em 1948, no difícil contexto pós-Segunda Guerra Mundial. As atrocidades da guerra nunca mais poderiam se repetir: essa foi a motivação mais imediata para a elaboração do texto da DUDH. Trata-se do primeiro documento mundial a reconhecer a igualdade, as liberdades e os direitos fundamentais dos seres humanos, sem distinção de cor, sexo, credo, nacionalidade, origem social, opções políticas ou qualquer outra diferença. Por meio da declaração, os países afirmam seu compromisso político e moral em garantir o respeito aos direitos fundamentais das pessoas: civis (como a igualdade perante a lei), políticos (liberdade de expressão), econômicos (direito ao trabalho), sociais (acesso à saúde e à educação) e culturais (acesso ao lazer e à arte).

Para proteger e promover os direitos previstos na DUDH, foram criados alguns instrumentos legais, como os tratados internacionais celebrados em torno de direitos específicos. Quando um país assina e depois ratifica um tratado, ele assume a obrigação legal de garantir os direitos nele estabelecidos. Esse é o caso da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela ONU em 1965, bem na época em que a luta pelo fim da segregação racial acirrava-se nos Estados Unidos. Os países signatários da convenção estariam, como se lê no texto do tratado, "*alarmados* com as manifestações de discriminação racial que ainda existem em certas regiões do mundo e com as políticas governamentais fundadas na superioridade ou no ódio racial, tais como as políticas de *apartheid*, de segregação ou de separação".

O contexto atual é outro, mas medidas antirracismo continuam na pauta da ONU e de outras organizações, provando que o racismo infelizmente continua vivo e deve ser combatido sempre. A Assembleia Geral da ONU proclamou 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. Nas palavras de Navi Pillay, alta comissária da ONU para os direitos huma-

nos, "este Ano Internacional oferece uma oportunidade única para redobrar nossos esforços na luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância que afetam as pessoas de ascendência africana em toda parte".

NA SALA DE AULA

1. Um dos aspectos importantes do livro é o modo como Ben aos poucos vai entendendo e se aproximando da história de Rosa Parks, até conseguir se colocar em seu lugar. No final, o menino é capaz de compartilhar os sentimentos de seu avô, a admiração por Rosa e também a solidariedade pelo que ela sofreu. Com base nessa análise, o professor pode propor aos alunos que também se coloquem no lugar da ativista, elaborando uma redação em primeira pessoa na qual a própria Rosa narra e reflete sobre os acontecimentos que levaram a sua prisão. Os alunos não precisam se ater ao que é narrado no livro e podem criar outras situações, imaginando aspectos da vida de Rosa antes da prisão (por exemplo, que outras situações de preconceito e discriminação ela enfrentou); o que ela pensou e sentiu durante as horas em que esteve presa; e o que ocorreu depois desse evento (por exemplo, seu encontro com Martin Luther King, sua participação no boicote aos ônibus de Montgomery etc.).
2. O livro trata da segregação racial nos Estados Unidos, porém há outros exemplos de discriminação, intolerância e segregação na história da humanidade. O professor pode então conduzir uma atividade de pesquisa em que cada grupo de alunos ficará encarregado de recolher material e elaborar uma apresentação sobre alguma situação em que o racismo ou outras atitudes discriminatórias estejam presentes. Dois possíveis exemplos são o regime do *apartheid* na África do Sul e o nazismo na Alemanha. Os alunos podem também escolher tratar de situações que ocorrem ainda no presente, como a atuação dos grupos neonazistas.
3. Um dos pontos altos de *O ônibus de Rosa* são as ilustrações de Maurizio Quarello. Tão importantes quanto o texto, elas iluminam aspectos apenas implícitos na narrativa. É o caso da imagem que retrata os membros encapuzados da Ku Klux Klan ou da cena final, em que o avô vê a foto de um homem negro no jornal, com a bandeira dos Estados Unidos ao fundo

– o que leva o leitor a concluir que se trata mesmo de Barack Obama. Além disso, as ilustrações também acentuam recursos dramáticos do texto. A narrativa sobre a viagem de Ben e seu avô, que se passa no presente, é acompanhada de imagens coloridas, ao passo que o tempo passado, da memória, da história que o avô conta, é ilustrado em tons de preto e branco. Outro exemplo da dramaticidade das ilustrações está nos *closes* do rosto de Rosa, em seus olhos e boca, frisando a calma e a dignidade da ativista, mas, sobretudo, sua firmeza em não ceder.

As ilustrações são visivelmente inspiradas na obra realista de estilo imaginativo do pintor Edward Hopper (1882-1967). O artista de Nova York pintou tanto cenas urbanas como paisagens marítimas e rurais, sendo considerado um retratista por excelência da vida norte-americana no século XX. Fortemente influenciada pela psicanálise freudiana e pela teoria intuicionista de Henri Bergson, sua obra retrata a solidão, o vazio, a desolação, o silêncio e a reserva das pessoas de forma suave, mas impactante do ponto de vista psicológico.

Diante disso, uma atividade interessante depois da interpretação das imagens do livro com os alunos é conduzir uma pesquisa sobre a obra de Hopper, levando-os a estabelecer uma comparação entre os quadros do pintor estado-unidense e as ilustrações de Maurizio Quarello, em grupo ou individualmente. Em seguida pode-se propor a eles que escolham alguma situação ou fato atual que revele injustiça ou viole os direitos humanos: algo que viram no jornal, que presenciaram ou de que ouviram falar. Em seguida, pedir que ilustrem esse fato, inspirando-se nas ilustrações de Quarello e nas pinturas de Hopper.

DICAS

LIVROS

PARA O ALUNO

- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. *Nascemos livres.* São Paulo: Edições SM, 2009. O autor faz uma adaptação livre e criativa dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com base em uma versão simplificada desse documento, elaborada pela Anistia Internacional. As ilustrações, de vários profissionais, não apenas acompanham os artigos, mas são também interpretações do texto.
- TANAKA, Béatrice. *A história de Chico Rei*. São Paulo: Edições SM, 2010. Narrativa de tradição oral afro-brasileira sobre o rei africano e seus compatriotas, que foram escravizados e trazidos ao Brasil para trabalhar em uma mina de ouro e se unem para comprar sua liberdade.

PARA O PROFESSOR

- NIMROD. *Rosa Parks*: não à discriminação racial. São Paulo: Edições SM, 2009. Biografia romanceada da ativista norte-americana, complementada com dossiê, contendo fotos jornalísticas e textos explicativos a respeito de ativistas em prol dos direitos civis dos negros, segregação racial, *apartheid*, ações afirmativas etc.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001. Livro da Coleção Folha Explica que discorre sobre a importância da etnia negra no processo de miscigenação e o conceito de raça ao longo da história do Brasil, bem como delineia o racismo velado no país.

FILMES

PARA O ALUNO

- *Kiriku e a feiticeira* (*Kirikou et la sorcière*). França/Bélgica/Luxemburgo, 1998. Direção e roteiro de Michel Ocelot.
  Desenho animado sobre uma lenda africana tradicional, protagonizado por um menino minúsculo, que todos ridicularizam por causa de seu tamanho. No entanto, coragem e determinação não lhe faltam e ele acaba se tornando herói ao enfrentar a terrível Karaba, feiticeira que secou as fontes da região e sequestrou os homens da vila.

PARA O PROFESSOR

- *Mississippi em chamas* (*Mississippi burning).*Direção de Alan Parker, EUA, 1988. O filme é baseado em uma investigação do FBI sobre o assassinato de três ativistas pelos direitos civis em uma pequena cidade do sul dos Estados Unidos, em 1964. O estado do Mississippi foi um dos lugares em que a segregação racial ocorreu de maneira mais violenta. O filme mostra diversos aspectos da segregação e da violência racial, como a atuação da Ku Klux Klan e a corrupção das autoridades, bem como a luta pelos direitos civis.
- *Olhos azuis* (*Blueeyed)*. Direção de Bertram Verhaag, Alemanha/EUA, 1996. Trata-se de um documentário sobre Jane Elliot, professora norte-americana que, nos anos 1960, desafiou o preconceito ensinando a alunos de quarto ano o que era o racismo. Para tanto, criou uma dinâmica em que as crianças de olhos azuis seriam discriminadas pelas de olhos castanhos; a situação se invertia no dia seguinte, para que todas experimentassem e entendessem um pouco o que era ser hostilizado e considerado inferior com base em uma característica física. Mais adiante, Elliot passou a ministrar seminários, os quais realiza até hoje, em que conduz um exercício semelhante com adultos. A experiência é impactante.
- *Olhos azuis.* Direção de José Joffily. Brasil, 2009. O filme inspira-se na experiência de Jane Elliot para contar uma história fictícia. O chefe do departamento de imigração do aeroporto JFK, em Nova York, decide "brincar" com um grupo de imigrantes latino-americanos em seu último dia de trabalho antes de se aposentar. Ele cria uma situação em que discriminação, xenofobia e abuso de autoridade combinam-se e geram efeitos desastrosos.
- *Uma história americana* (*The long walk home)*. Direção de Richard Pearce, EUA, 1990. Nos anos 1950, durante o movimento de boicote aos transportes públicos no estado racista do Alabama, uma empregada negra percorre a pé longas distâncias para ir e vir do trabalho. Comovida com a situação, a patroa branca a apoia e juntas as duas enfrentarão as consequências desse ato. O filme toca em temas muito afinados com o livro em questão, como o racismo, a segregação racial, o ativismo de Martin Luther King e de Rosa Parks, a luta pelos direitos civis, entre outros.

ELABORAÇÃO DO GUIA CHANTAL CASTELLI (POETA E DOUTORA EM LETRAS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP), *PREPARAÇÃO* GRAZIELA R. S. COSTA PINTO; *REVISÃO* MARCIA MENIN